

EMBATES DISCURSIVOS EM TORNO DE SIGNIFICANTES VAZIOS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE ANTAGONISMOS DURANTE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Henrique de Oliveira Lee¹
Camila Rodrigues Francisco²

Resumo: O objetivo deste trabalho é propor uma investigação sobre os embates discursivos entre diversas identidades políticas, encenados nas ruas e no espaço virtual, durante as manifestações realizadas nas capitais brasileiras durante o mês de junho de 2013. Através do pensamento de Ernesto Laclau (1994) e Chantal Mouffe (1990), especificamente em torno dos conceitos de “antagonismo” e “significantes vazios”, propõe-se uma análise de determinadas produções e recepções de enunciados do embate estabelecido nas ruas e nos espaços virtuais entre os diversos grupos que participaram das manifestações realizadas nas capitais brasileiras durante o mês de junho de 2013. Os significantes vazios podem ser pensados como significantes sem significado fixo que tomam constantemente de empréstimo o significado de outros significantes. A abertura específica destes significantes para a emergência de novos significados torna-se o ponto fundamental para que pudessem ser investigadas as produções discursivas surgidas nas ruas e nos ambientes virtuais como um espaço para articulação de antagonismos e identidades políticas.

Palavras-chave: Laclau, Significante vazio, Antagonismo.

1) Introdução

As manifestações de junho de 2013 no Brasil suscitaram uma série de reflexões como por exemplo com relação à organização horizontalizada do movimento, a diversidade das demandas que foram surgindo a partir, e independentemente, da demanda originária, a grande quantidade adeptos, entre outros. Para além do ato, o acontecimento e seus desdobramentos também ofereceram insights importantes acerca do monopólio da cobertura midiática e a resistência das mídias independentes, e sobre o embate discursivo travado pelos grupos envolvidos.

Chantal Mouffe e Ernesto Laclau oferecem, a partir da teoria do discurso, um olhar para os movimentos políticos e sociais em seu caráter processual. Os conceitos de “antagonismo” e “significantes vazios” emergem como conceitos chaves para se pensar a política em geral. Neste trabalho, para além dos dois principais conceitos já

¹ Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

² Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

citados, pensamos as manifestações de 2013 a partir de algumas questões suscitadas pela obra de Laclau e Mouffe.

Partimos da noção de identidades políticas como realizações incompletas para entender a questão da democracia como ponto de articulação entre o universal e o particular, trazendo então breves apontamentos acerca da proposta de Laclau e Mouffe da democracia radical e das implicações da teoria do discurso e introduzindo o conceito de antagonismos.

Em seguida, apresentamos uma leitura sobre os “significantes vazios” de Laclau, conceito que permeia a maioria de nossas análises com relação às manifestações, como por exemplo, nos espaços virtuais, com atravessamentos do conceito de antagonismo. E por fim, procuramos analisar como o fenômeno foi progredindo, do ponto de vista da diversificação das demandas, a partir de uma leitura sobre as lutas parciais proposta por Rosa Luxemburgo.

2) A ambiguidade estrutural das identidades políticas e o paradoxo da democracia

Talvez um dos traços mais marcantes do conjunto de textos que compõe a obra de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau seja o fato de que suas intervenções na teoria política tenham como ponto de partida certas lacunas constitutivas das identidades políticas ao invés da busca e legitimação de uma essência positiva capaz oferecer um panorama totalizante do sistema político em um dado momento. O sistema só constitui totalidade enquanto representação, e como tal é sempre uma projeção imaginária de um elemento ausente. A própria ideia de que exista uma visão capaz dessa totalização já é supor a existência de um saber absoluto.

Mesmo que o “objetivismo” e a ideia de um saber absoluto tenham sido reconhecidos como obstáculos epistemológicos para a compreensão das identidades políticas, o problema da relação entre o universal e particular não é demitido do pensamento de Mouffe e Laclau. A particularidade das identidades políticas é pensada como um processo perpassado por uma lacuna constitutiva, como uma falha da identidade diferencial em se constituir. Diante dessa lacuna constitutiva, o universal é visto como um símbolo de uma plenitude perdida ou imaginada. Nesse sentido, a

identidade particular existe apenas por meio de um movimento contraditório pelo qual afirma sua identidade diferencial ao mesmo tempo em que a cancela em uma demanda de reconhecimento e pertencimento a um meio não diferencial. Talvez, essa ideia ganhe contornos mais nítidos no próprio exemplo de Laclau:

Let us suppose that we are dealing with the constitution of the identity of an ethnic minority for instance. As we said earlier, if this differential identity is fully achieved, it can only be so within a context - for instance, a nation-state - and the price to be paid for total victory within the context is total integration with it. If, on the contrary, total integration does not take place, it is because that identity is not fully achieved - there are, for instance, unsatisfied demands concerning access to education, to employment, to consumer goods and so on. These demands cannot be made in terms of difference, but of some universal principles that the ethnic minority shares with the rest of the community: the right of everybody to have access to good schools, or live a decent life, or participate in the public space of citizenship, and so on (LACLAU, 1994,p. 28).

Portanto, o universal e o particular são duas noções puramente relacionais que dependem das articulações contingentes que o diálogo democrático estabelece entre afirmação das diferenças e seu cancelamento pela demanda de inclusão ao conjunto não diferencial a que chamamos universal. Ou seja, toda particularidade só pode ser afirmada por meio de uma referência e alegação de uma certa universalidade.

Assim como as identidades políticas são perpassadas por uma ambiguidade estrutural entre o particular e o universal, a democracia é pensada pela dupla de autores como a experiência de um paradoxo. Tal paradoxo torna-se visível por meio da crítica ao ideal de consensualistas como Richard Rorty e Jurgen Habermas, cuja aposta se dá exclusivamente no uso da razão como saber absoluto como única forma de atingir consensos cada vez mais amplos, estabelecendo estes como o único objetivo da democracia. Sob a máscara pacificadora e harmonizante das visões consensualistas como a de Rorty, Mouffe aponta um problema crucial:

The problem, in my view, resides in what he shares with Habermas, or I should rather say, in what is lacking in both of them. Indeed, neither of them is able to grasp the crucial role of conflict and the central integrative function that it plays in a pluralist democracy. This is why they end up proposing what can be called a 'consensus' view of democracy (MOUFFE, 1996, p.8).

O argumento de Mouffe esboçará a figura do paradoxo constitutivo da democracia. Embora a democracia se expresse na possibilidade de que perspectivas plurais possam negociar e estabelecer consensos, pensar o conflito entre essas diferentes perspectivas como mero obstáculo à democracia significaria impor uma totalização que daria fim ao diálogo democrático, algo a ser celebrado e valorizado numa democracia, segundo a visão de Mouffe. A tentativa de estabelecimento de consenso deve ser um horizonte, no entanto, estabelecer o consenso como objetivo final da democracia, supondo que ele pudesse ser plenamente alcançado, significaria o fim do pluralismo, e conseqüentemente, o fim da democracia. Daí a função, paradoxalmente, integrativa do conflito na democracia. Portanto, para Mouffe a democracia deveria se realizar dentro de uma tensão constante das possibilidades de consenso e dissenso.

Consensus, of course, is necessary, but it should be limited to the institutions that are constitutive of the democratic order. A pluralist democracy needs also to make room for the expression of dissent and for conflicting interests and values. And those should not be seen as temporary obstacles on the road to consensus since in their absence democracy would cease to be pluralistic. This is why democratic politics cannot aim towards harmony and reconciliation. To believe that a final resolution of conflict is eventually possible, even when it is envisaged as asymptotic approaching to the regulative idea of a free unconstrained communication, as in Habermas, is to put the pluralist democratic project at risk (MOUFFE, 1996, p.8).

Essa harmonização ou solução final para os conflitos proposta pelo uso de uma razão iluminista é colocada sob suspeição. A escatologia racionalista seria considerada, nesta perspectiva, como um jogo de linguagem entre outros diversos jogos de linguagem, sem que necessariamente ela tenha que ocupar um lugar transcendente de onde possa servir de árbitro para escrutinar os demais jogos de linguagem. Pois adotar a razão como um universal tácito implica, justamente, impor um único jogo de linguagem para arbitrar o pluralismo de linguagens que deve ter abrigo na democracia. Esse é o risco subjacente na aposta consensualista que Mouffe quer tornar visível.

É necessário mencionar que o projeto de uma democracia radical não implica, por essa crítica à escatologia racionalista, uma apologia à irracionalidade. Trata-se, outrossim, de conceber o social enquanto um espaço discursivo, e dentro desse espaço

coexistem simultaneamente diversos regimes de verdade, pois se trata de um espaço constituído e constituinte de sujeitos. A condição de sujeito merece destaque para se pensar a questão das identidades políticas, pois ela implica uma certa relação com o saber. Segundo Laclau, “I am a subject precisely because I cannot be an absolute consciousness, because something alien confronts me. And there can be no pure object as a result of this opaqueness/alienation which shows the traces of the subject in the object” (LACLAU, 1996, p. 21).

Sendo a condição de sujeito uma impossibilidade de ascender a um saber absoluto e universal, as tentativas de estabelecer uma perspectiva universal baseada na racionalidade absoluta mostram sua face violenta. Laclau retoma Hegel para demonstrar essa tese: “As Hegel said, universal history is not the terrain of happiness. Seen from the vantage point of view of the vantage point of universal history, everything - slavery, obscurantism, terrorism, exploitation, Auschwitz - reveals its rational substance” (LACLAU, 1996, p. 10).

O que caracteriza o lugar da, assim denominada por Laclau, escatologia racionalista e secular nas sociedades ocidentais modernas é a sua pretensão à universalidade e a totalização. A escatologia racionalista só pode se estabelecer hegemonicamente às custas de uma certa violência às singularidades. Neste sentido, um dos efeitos políticos do estabelecimento da escatologia racionalista e de uma possível objetividade universal é atribuir a tal discurso uma posição transcendente de onde ela é capaz de julgar e classificar os demais discursos como mais ou menos justos, muitas vezes servindo de pretexto para uma racionalização da violência.

Contudo, é justamente essa visão de que a objetividade é um elemento meramente constatativo alcançado pelo trabalho imparcial da razão, o que Laclau e Mouffe criticam por meio da noção de discurso. Para estes autores, o discurso não é um ente meramente cognitivo ou contemplativo, uma descrição ou constatação de uma realidade externa ao próprio discurso e já dada. O discurso é uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais, que cria uma unidade para elementos aparentemente dispersos e fragmentados. Nas obras de Mouffe e Laclau encontramos uma vasta reflexão a respeito do estatuto da noção de discurso que não vamos

reproduzir aqui, para nossos propósitos será suficiente apenas retomar as definições mais gerais:

In the context of this discussion, we will call articulation any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured totality resulting from the articulatory practice, we will call discourse. The differential positions, insofar as they appear articulated within a discourse, we will call moments. By contrast, we will call element any difference that is not discursively articulated (LACLAU & MOUFFE, 1990, p. 105).

Aqui não é possível deixar de notar a aproximação com o modelo da linguística estrutural de Ferdinand Saussure. O sistema linguístico constitui um sistema de diferenças puras. Ou seja, as diferenças não possuem uma base ontológica, mas puramente relacional. O valor de um determinado elemento linguístico é determinado pela sua articulação com outros elementos. Assim, parafraseando o exemplo dado por Jacques Lacan³, se um sujeito que procura uma instalação sanitária vê numa porta a letra “M” ele não saberá o seu significado até que possa ver o outro termo com o qual esse significante está relacionado. Se se tratar mesmo de uma instalação sanitária é provável que na porta ao lado se encontre a letra “H” ou “F”, cada uma dessas opções fornece sentido diametralmente oposto à letra “M”, segundo o discurso arquitetônico que separa o uso dos sanitários e que reproduz o discurso da divisão de gênero. Assim, também as identidades não possuem uma essência positiva, mas seu significado é construído pela sua articulação com outras identidades dentro de um determinado espaço discursivo.

Por isso, o espaço discursivo é também o lócus onde são construídas as relações de antagonismo. O antagonismo não expressa uma relação de dominação que preexiste ao discurso, é dentro do próprio discurso que se devem formular os termos dessa dominação. A este respeito Mouffe recorre a análise de Stuart Hall sobre o Thatcherismo e as articulações discursivas em torno da ideia de “crise” e “desemprego” para demonstrar o aspecto discursivo na construção de antagonismos:

Suponhamos um trabalhador(a) que perde seu emprego em uma situação na qual vem sendo definida com base no direito de ter um

³ Ver em: LACAN, J. (1957). A instancia da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. Escritos, p. 502.

trabalho e agora encontra seu direito negado. Isso pode se tornar o lócus de antagonismo, apesar de haver maneiras de reagir ao desemprego que não conduzem a nenhum tipo de luta. O trabalhador pode cometer suicídio, beber excessivamente ou bater em seu cônjuge; existem varias maneiras pelas quais as pessoas reagem à negação de suas subjetividades. Mas vamos agora considerar as formas mais políticas que essa reação pode assumir: Não há razão para acreditar que uma pessoa desempregada irá construir um antagonismo no qual o Thatcherismo ou o capitalismo são o inimigo. Na Inglaterra, por exemplo, o discurso do Thatcherismo diz: “Vocês perderam o emprego porque as mulheres estão tomando o trabalho dos homens”. Construindo um antagonismo onde as mulheres são os inimigos. Ou pode dizer: “vocês perderam o emprego porque todos esses imigrantes estão tomando o trabalho dos bons trabalhadores ingleses”. Ou pode dizer ainda: “Vocês perderam o emprego porque seu sindicato mantém salários tão altos que não há trabalho suficiente para a classe trabalhadora.” Em todos esses casos o antagonismo democrático está articulado com a direita ao invés de dar surgimento à luta democrática (MOUFFE, 1990, p.8, *tradução nossa*).

Portanto, pensar o social enquanto espaço discursivo implica considerá-lo como um campo de embate entre diversos discursos. Esses discursos não se referem a realidades objetivas, prontas e acabadas, mas a um processo constante de criação de articulações. Segundo Mouffe e Laclau, “antagonisms are not objective relations, but relations which reveal the limits of all objectivity. Society is constituted around these limits, and they are antagonistic limits” (LACLAU & MOUFFE, 1990, p. 14).

Se os antagonismos são relações capazes de revelar os limites da objetividade, é preciso também considerar a possibilidade de elementos que não estejam discursivamente articulados, mas que o constante movimento de produção discursiva pode vir a articular. É o que Mouffe e Laclau chamaram de “elemento” e para compreender essa categoria, podemos pensar no exemplo do Movimento dos Sem Terra no Brasil. A criação discursiva deste movimento permitiu criar visibilidade a uma demanda de certa forma invisibilizada pelo discurso hegemônico do direito à propriedade privada. O discurso do MST tensionou as relações entre o direito à propriedade privada x direito a terra, construindo um antagonismo entre eles e os grandes latifundiários acumuladores de terras improdutivas. O MST conseguiu alcançar legitimidade também pelas práticas articulatórias que estabeleceu ao

aproximar o direito a terra com outros direitos humanos, como o direito à moradia e ao trabalho.

3) Significantes Vazios

O que permite que dentro de um sistema um elemento ainda não articulado discursivamente possa ser articulado e ganhar legitimidade? Isso se torna possível devido à incompletude e as ambivalências estruturais das identidades no espaço social, que como já vimos é considerado por Mouffe e Laclau como espaço discursivo.

Como vimos até agora, as identidades não são realidades fixas e acabadas, mas, são produtos de um processo constante de criação de práticas articulatórias. Se aceitarmos as identidades como uma produção constante, como definir uma “comunidade”?

Precisely because the community as such is not a purely differential space of an objective identity but an absent fullness, it cannot have any form of representation of its own, and has to borrow the latter from some entity constituted within the equivalential space - in the same way as gold is a particular use value which assumes, as well, the function of representing value in general. This emptying of a particular signifier of its particular, differential signified is, as we saw, what makes possible the emergence of 'empty' signifiers as the signifiers of a lack, of an absent totality (LACLAU, 1994, p.42).

A comunidade se torna possível pelo esvaziamento de certos significantes particulares como um significante capaz de representar uma totalidade ausente. Mas o que são significantes vazios e qual a sua relação com a política?

Vejamos como Laclau os caracteriza a partir de uma diferenciação com um significante equívoco ou ambíguo. O primeiro é um tipo de significante que pode significar mais de uma coisa, mas cujo contexto permitirá o estabelecimento pleno do sentido. Por exemplo, na frase “A manga está muito madura”, o sentido de manga como fruta e não como parte de uma peça de vestuário está fixada pelo contexto. O segundo é um tipo de significante cuja a sobredeterminação ou a subdeterminação impede a fixação de sentido, como no exemplo “A carteira foi encontrada perto do

banco.” em que a subdeterminação não nos permite decidir entre os dois possíveis significados de “banco” como instituição financeira ou objeto para se sentar.

Excluídas essas possibilidades temos o significante vazio, que, segundo Laclau, não é provocado nem por um excesso, nem por uma deficiência, “mas precisamente com a possibilidade teórica de algo que aponta, de dentro do processo de significação, para seus próprios limites” (LACLAU, 1994, p.38). E essa tensão entre um limite constitutivo e a impossibilidade de representação do excluído produz significantes vazios. Um significante vazio só pode emergir se há uma impossibilidade estrutural na significação e se essa impossibilidade significar uma interrupção da estrutura do signo.

4) Cartografia dos espaços virtuais

Na tentativa de exemplificar o uso dessa categoria aparentemente abstrata vamos recorrer a uma mobilização crítica desse aparato conceitual para construir uma leitura de certos fenômenos e articulações e embates discursivos dos movimentos de Junho de 2013. Para tanto, propomos uma análise da produção de alguns enunciados e da comunicação estabelecida nas ruas e nos espaços virtuais entre os diversos grupos que participaram das manifestações realizadas através dos conceitos de “antagonismo” e “significantes vazios”.

Nosso recorte para pensar tal produção de enunciados foram as cartografias criadas pela página web da agência de comunicação social InterAgentes⁴ que realizaram uma pesquisa capturando citações públicas na rede social Facebook no período de 5 a 21 de junho. Esta cartografia é retomada também através da narrativa de um artigo de Leonardo Avritzer (2013). Adotamos também uma periodização das manifestações proposta por André Singer (2013) em seu artigo “Classes e ideologias cruzadas”.

Na fala de diversos analistas que escreveram sobre o tema encontramos um ponto convergente: de que o significado das manifestações é ainda hoje objeto de disputa e contestação, o que talvez seja um sintoma do esvaziamento de certos

⁴ PIMENTEL, Tiago; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013. 11 de Julho de 2013. *InterAgentes* (Página web). Disponível em: <<http://interagentes.net/?p=62>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

significantes presentes nas principais articulações discursivas das manifestações. Outro aspecto interessante foi as disputas discursivas e a consolidação do antagonismo entre a mídia tradicional e a mídia alternativa.

Seguindo a periodização proposta por Singer, podemos pensar as manifestações segundo três etapas distintas com duração de cerca de uma semana cada uma. A primeira etapa se inicia na cidade de São Paulo liderada pelo MPL (Movimento Passe Livre), um movimento com uma demanda e pautas específicas. Portanto, trata-se de um movimento com uma construção discursiva já minimamente articulada no que tangem as relações antagônicas, que conseguiram por meio de um formato horizontal de funcionamento acionar pela internet a presença de 2mil pessoas. Se por um lado, esse ponto de origem é claro, nas convocações subsequentes o número de manifestantes já subiu para 20 mil, segundo dados dos próprios manifestantes, tornando mais difusos os pontos de articulação com uma “origem”.

Nesse momento das manifestações o movimento passe livre foi capaz de assumir uma função hegemônica no quadro da manifestação, pois

A class or group is considered to be hegemonic when it is not closed in a narrow corporatist perspective, but presents itself as realizing the broader aims either of emancipating or ensuring order for wider masses of the population (LACLAU, 1994, p.40).

O movimento passe livre (MPL) ocupou a lugar de grupo hegemônico nessa primeira etapa das manifestações e suas convocações foram capazes de articular todo um campo de esquerda semi-petista ou pós-petista que envolveu militantes de diferentes movimentos da juventude quase todos de esquerda com uma agenda que além da democratização do acesso ao transporte público trouxe também críticas ao sistema político o que foi responsável pelo considerável aumento de manifestantes nas ruas. Tais críticas, em quase todos os casos, estavam relacionadas ao que podemos denominar de forma da democracia, isto é, uma crítica à maneira como o governo federal e, em especial, o Congresso Nacional vem governando o país através de acordos para a nomeação de cargos políticos.

Houve então diversos testemunhos de uma verdadeira batalha campal. Enquanto as mídias tradicionais divulgavam imagens de destruição de patrimônio, a mídia alternativa divulgou, algumas vezes em tempo real, diversas cenas de violência policial. Com a intensificação das manifestações o governador Alckmin já vinha anunciando um endurecimento do uso da força policial e no dia 13 houve uma repressão violentíssima com a PM atuando de modo descontrolado atingindo indiscriminadamente transeuntes, manifestantes e jornalistas.

Na primeira etapa das manifestações a pesquisa realizada pela InterAgentes detectou a predominância dos seguintes temas: 1º) Preço das passagens; 2º) Democracia; 3º) Postura da polícia; 4º) Qualidade do transporte público; 5º) Governo Dilma Rousseff.

Figura 1 - Quadro com quantificação dos temas mais falados no Facebook



Fonte: Centro de Referência do Interesse Público (Página Web)

Interessante notar como a imprensa tradicional procurou num primeiro momento construir uma equivalência artificial entre os diversos movimentos que ocupavam as ruas, através da postulação de uma unidade aos movimentos, para se posicionar de modo frontalmente contrário. A explosão da diversidade de demandas após as primeiras manifestações do movimento passe-livre pelas capitais do país parecia ser negligenciada por parte da imprensa convencional que insistia em falar das manifestações nas ruas como uma unidade, tentando a todo custo torná-la inteligível

aos padrões do jornalismo televisivo. No entanto, esses veículos logo foram forçados a rever suas leituras sobre os acontecimentos, como pode nos demonstrar os exemplos, quase cômicos, de comunicadores como Arnaldo Jabor e Datena⁵.

Na segunda etapa ocorre um aumento exponencial do número de manifestantes. Segundo Singer, o uso desmedido da força atraiu a simpatia do grande público. Para este analista o auge das manifestações se dá nos dias 17, 18, 19 e 20 de Junho. “Na segunda, 17, quando o MPL chama a quarta jornada, que juntou em São Paulo 75 mil pessoas, ela é replicada nas maiores capitais do país da maneira espontânea” (SINGER, 2003, p. 25).

A ampliação da participação trouxe também grupos com queixas difusas de mal estar social demandas mais vagas, segundo Singer grupos da classe média que se autodefinem como centro por levantar pautas que possuíam facilidade de penetração no discurso dos diversos grupos e classes sociais que compunham as manifestações, como “corrupção”. Os grupos representavam essas diversas demandas disputavam o próprio sentido das “manifestações”, cuja horizontalidade da propagação não permitia unificar sob um único significante, e com isso temos um importante processo de esvaziamento dos significantes que começavam a apontar os limites exclusionários, e portanto antagônicos.

Por exemplo, o perfil do “Movimento Contra Corrupção”, o segundo em número de compartilhamento de conteúdos segundo dados da *InterAgentes*, veiculou na internet uma campanha procurando reunir os manifestantes em torno do significante “Gigante” e sua descrição para o levante das ruas era resumido em “O gigante acordou”, movimento que se autodefinia como Centro-direita. Nas ruas e nas redes foi prontamente respondido pelos movimentos sociais já habituados a luta política cotidiana, institucional ou não, com discursos que denunciavam a inexistência da unidade do “Gigante”:

⁵ Como exemplo, ver “Datena surpreendido em pesquisa! Passe Livre 13/06/13” em: <http://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>.

Figura 2 - Faixa durante manifestações de Junho de 2013



Fonte: Google Imagens

Figura 3 - Cartaz de manifestações de Junho de 2013



Fonte: Google Imagens

Neste ponto, foi possível circunscrever o embate discursivo entre as mídias tradicionais e a chamada mídia alternativa. Num primeiro momento, os agentes foram denominados “vândalos” e o próprio significado da manifestação foi esvaziado. Enquanto a mídia alternativa contextualizava alguns atos de “vandalismo” como uma resposta à violência policial. Ainda merece destaque o fato de que em torno do significante “vandalismo” tornaram-se visíveis diferenciações e até o surgimento de relações antagônicas entre os grupos que compunham as manifestações. Por exemplo, o relato do jovem cientista político Henrique Costa, no artigo de Singer conta o seguinte episódio:

(...) em uma estação de metrô e trem de São Paulo durante a mobilização de 17 de junho. Enquanto um grupo de jovens da periferia promovia uma espécie de “passe livre já” por meio do “pula catraca”, jovens de classe média gritavam para eles: “sem vandalismo, sem vandalismo”. Depreende-se do relato que os dois grupos chegaram às vias de fato. A julgar pela história narrada, houve uma tensão latente, às vezes transbordante, entre as duas camadas sociais que marcaram as manifestações (SINGER, 2013, p. 39).

Daí surge também um embate discursivo, tanto nas ruas quanto nas redes, sob o pretexto de separar o que seria o “legítimo manifestante” dos “vândalos”. A unidade do “movimento” só poderia ser garantida pelo expurgo dos “vândalos” e pelo expurgo das “diferenças”. Não apenas a imprensa tentou construir tal unidade, mas um dos movimentos - e seria até precipitado utilizar esse termo nessas condições - presentes

também tentou construir um discurso que o permitisse ocupar o posto hegemônico por meio da imposição violenta de uma suposta unidade banindo as diferenças partidárias, aos gritos de “sem partido” .

Paralelamente, o crescimento do número de sujeitos nas marchas, malgrado os antagonismos e embates que envolviam os atores, produziu certos ganhos palpáveis. Segundo Singer, na quarta-feira (15/06), o governo do Estado de São Paulo revoga o aumento da tarifa, quatro dias depois, tendo em vista o aumento exponencial de manifestantes em mais de 100 cidades com quase 1,5 milhão de participantes, a presidenta propõe a Constituinte exclusiva para a reforma política sujeita a plebiscito popular (SINGER, 1993, p. 26).

Estes avanços políticos encorajaram a entrada em cena de uma série de demandas de uma classe média de centro direita na terceira fase das manifestações. Aí entraram pautas como a redução de pedágios, protestos contra o programa “mais médicos” e ainda o fortalecimento de uma pauta contra a corrupção que se beneficiou de grande penetração em todas as classes e do fato de não chegar a estabelecer um antagonismo. A pauta contra corrupção foi talvez um dos elementos que concorreram para certa anulação das diferenças, pois não existe quem seja à favor dela. Os espectadores da tradicional mídia televisiva ficavam atônitos diante da diversidade de demandas dessa etapa, juntamente com essa agenda de centro, aparecia também a pauta de uma direita declarada que incluía demandas de intervenção militar.

Para complexificar ainda mais o cenário surgiram ainda alguns focos importantes de produção discursiva contra o mega evento esportivo sediado no Brasil. Novamente, as demandas contra a copa forma objeto de disputa entre movimentos populares como “Comitê dos populares atingidos pela Copa” que denunciavam os deslocamentos imobiliários compulsórios e autoritários, o recrudescimento da atuação policial nas comunidades carentes e as “higienizações” colocadas em prática nos centros urbanos que se realizavam sob o pretexto da copa, e movimentos contra a corrupção , que sem uma pauta específica viam na copa apenas um pretexto generalizado para corrupção. Paradoxalmente, esse grupo também comparecia aos estádios para assistir aos jogos. Mas apesar de todas as diferenças que compunham o

cenário das manifestações ainda assim a velocidade dos acontecimentos - que hoje podemos discernir um pouco mais de clareza apenas por meio de algum afastamento temporal- impedia que essas diferenças pudessem ser claramente articuladas em termos discursivos, fazendo com que muitos que acompanhavam a manifestação pelas redes e até presencialmente experimentasse algumas situações de indecidibilidade quanto a que “lado” se posicionar. Laclau retoma a percepção de Rosa Luxemburgo sobre a unidade da classe trabalhadora, que de algum modo pode lançar luz sobre os acontecimentos da fase final das manifestações:

Let me go back to an example that we discussed in detail in *Hegemony and Socialist Strategy*: I the constitution, according to Rosa Luxemburg, of the unity of the working class through an over determination of partial struggles over a long period of time. Her basic argument is that the unity of the class is not determined by an a priori consideration about the priority of either the political struggle or the economic struggle, but by the accumulated effects of the internal split of all partial mobilizations. (...) In relation to our subject, her argument amounts to approximately the following: in a climate of extreme repression any mobilization for a partial objective will be perceived not only as related to the concrete demand or objectives of that struggle, but also as an act of opposition against the system. This last fact is what establishes the link between a variety of concrete or partial struggles and mobilizations - all of them are seen as related and mobilizations - all of them are seen as related s are intrinsically related but because they are all seen as equivalent in confrontation with the repressive regime (LACLAU, 1994, p.40).

No caso das manifestações de Junho de 2013, existe a semelhança de uma série de lutas parciais, mas ao invés de efeitos acumulativos no tempo, o que se impôs foi o efeito da simultaneidade. Na medida em que a rua foi sendo ocupada por novas demandas e novos movimentos e todas essas identidades políticas - algumas em vias de construção - representadas por tais demandas começaram a se afetar e se interpelar mutuamente no espaço da rua e também nos espaços virtuais, intensificando alguns antagonismos já existentes mas também permitindo a articulação de novos. Além dos antagonismos, novas possibilidades de solidariedade entre demandas distintas foram construídas. Obviamente que as pessoas que ocuparam as ruas não necessariamente compõe uma classe ou qualquer tipo de unidade mais ou menos formal, mas foram percebidos em alguma medida como equivalentes por serem tomados como atos contra

um sistema opressivo. Mas novamente, isso só é possível às custas de um esvaziamento do sentido de “sistema opressivo”. A importância desse momento foi a abertura potencial dada para que cada grupo pudesse articular discursivamente um significado para “sistema repressivo”. Daí que esse significado começa a apresentar suas divergências, e em torno dessa divergência de significados potenciais que podem preencher um significante vazio é que aparecem o limite exclusionário antagonico.

6) Considerações finais

O título do artigo de Laclau sobre os significantes vazios é uma pergunta: “Por que os significantes vazios importam para a política?” Diríamos que os significantes vazios importam para a política justamente porque revelam a sua fundação retórica e discursiva. Os regimes totalitários se caracterizam precisamente pela imposição violenta de significantes unívocos e do trabalho incessante para garantir a estabilidade destes significantes, haja vista sociedades regidas pelo fundamentalismo religioso, em que só pode haver uma verdade e uma única leitura do texto sagrado. Portanto, a democracia é um regime que se sustenta na possibilidade de um processo constante de esvaziamento e preenchimento de significantes e da possibilidade de fraturas do significado.

Os efeitos discursivos das manifestações de junho de 2013, que perduram para além do tempo e espaço específicos em que eles ocorreram nos permite testemunhar funcionamento dos significantes vazios em uma democracia. A partir desses significantes que antagonismos puderam ser articulados discursivamente trazendo um grande ganho para a vida democrática. E com isso podemos vislumbrar a profundidade da crítica de Mouffe e Laclau a uma visão consensualista da democracia. É claro que a democracia sempre dependerá de consensos, mas elegê-lo como única meta da democracia é sancionar a sua imposição violenta. Nas sociedades fundamentalistas o consenso em torno das significações fundamentais já está estabelecido desde sempre e sua manutenção deve ser mantida pelo uso da força. A democracia é uma forma política na qual os fins não podem justificar os meios. Os críticos da democracia radical insistem que ela seria uma espécie de apologia ao irracionalismo ou elogio do conflito, mas paradoxalmente o que as manifestações nos permitiram observar em primeira mão

é que muitas vezes o estabelecimento discursivo de antagonismo é que permite que o conflito possa ser experienciado em uma esfera política, esvaziando parcialmente a violência que rondam tais conflitos. Enfim, poderíamos dizer que as condições de uma sociedade em que há espaço para nomeação dos antagonismos é certamente menos violenta do que aquelas em que o conflito e o antagonismo é impedido de articular-se discursivamente.

Referências:

AVRITZER, L. (2013). *O que foram as manifestações de junho e o que é insustentável afirmar sobre elas*. Centro de Referência do Interesse Público (Página Web), 23 de Julho. Disponível em: <<http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/node/1114>>.

FOUCAULT, M. (2008). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

LACLAU, E. (1994). "Why do empty signifiers matters on politics? In: LACLAU, E. *Emancipations*. Routledge: London.

MOUFFE, C. (1990). Hegemonia e novos sujeitos políticos. Tradução Henrique de Oliveira Lee. In: *Marxism and Culture*, Blackwell: Cambridge.

_____. (1996). Deconstruction, pragmatism and the politics of democracy. IN: CRITCHLEY, S; MOUFFE, C. *Deconstruction and Pragmatism*. London: Routledge.

SINGER, A. (2013). Classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos*. CEBRAP, n. 97, nov., pp. 23-40. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1534/file_1534.pdf>.